



Bradesco
BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. Em 2013, possuía sob sua gestão R\$ 134,3 bilhões, distribuídos em 864 Fundos de Investimento e 1 Carteira Administrada, atendendo um

total de 12.395 cotistas.

No exercício, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 7,4 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 29,3 milhões e Ativos Totais de R\$ 34,2 milhões.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2013	2012	2013	2012
ATIVO				
CIRCULANTE	34.141	25.748		
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	30	198		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	29.875	21.615		
Carteira Própria	29.875	21.615		
OUTROS CRÉDITOS	4.236	3.935		
Rendas a Receber (Nota 6a)	1.835	1.488		
Diversos (Nota 6b)	2.401	2.447		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	31	55		
OUTROS CRÉDITOS	31	55		
Diversos (Nota 6b)	31	55		
PERMANENTE	1	1		
INVESTIMENTOS	1	1		
Outros Investimentos (Nota 7)	1	1		
TOTAL	34.173	25.804		
			34.173	25.804

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutárias	Lucros Acumulados	Totais
		2013	2012					
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.217	2.005	1.498	13.700	446	11.033	-	25.179
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	1.217	2.005	1.498	-	-	-	4.183	4.183
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.217	2.005	1.498				(4.144)	
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	5.703	10.350	8.340				(39)	
Recargas de Prestação de Serviços (Nota 11)	10.859	21.292	19.073				-	
Outras Despesas Administrativas (Nota 12)	(3.511)	(7.519)	(7.449)				-	
Despesas Tributárias (Nota 13)	(995)	(1.981)	(1.802)				-	
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	2	22	31				5.699	5.699
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(652)	(1.464)	(1.513)				(5.645)	-
RESULTADO OPERACIONAL	6.920	12.355	9.838				(54)	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	3					
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.920	12.355	9.841					
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	(2.737)	(4.955)	(4.142)				7.400	7.400
LUCRO LÍQUIDO	4.183	7.400	5.699				(7.331)	
Número de cotas (Nota 10a)	13.700.000	13.700.000	8.700.000				(69)	(69)
Lucro por lote de mil cotas em R\$	305,33	540,15	655,06				-	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro		2013	%	Exercícios findos em 31 de dezembro		2012	%
		2013	2012						
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:									
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.920	12.355	9.841						
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(1)	(13)	(5)						
Reversões de Provisões Trabalhistas	(1)	(13)	(5)						
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	6.919	12.342	9.836						
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(6.056)	(8.260)	(6.222)						
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(301)	(284)	(115)						
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	181	119	48						
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(663)	(4.031)	(3.253)						
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	80	(114)	294						
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:									
Dividendos Pagos	(54)	(54)	(96)						
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(54)	(54)	(96)						
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	26	(168)	198						
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	4	198	-						
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	30	30	198						
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	26	(168)	198						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição) é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização e;
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 16.

f) Investimentos
Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 8.

i) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

j) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	30	198
Total de disponibilidades (caixa)	30	198

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2013		2012		Valor de	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	custo contábil (2)	mercado/ marcação a contábil (2)
Títulos para negociação (3):						
Letras financeiras do tesouro	-	311	1.829	12.596	14.736	9.622
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.160	1.160	539
Notas do tesouro nacional	2.885	-	-	2.885	2.885	-
Debêntures	-	17	92	2.085	2.194	1.016
Certificado de depósito bancário	795	644	22	1.461	1.461	1.111
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	6.146
Outros	-	1.000	4.300	2.139	7.439	3.181
Total em 2013	3.680	1.972	6.243	17.980	29.875	-
Total em 2012	6.146	2.454	894	12.121		21.615

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 29.875 mil (2012 - R\$ 21.615 mil) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Fundos de investimentos	2.005	1.498
Total	2.005	1.498

c) A BEM DTVM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços prestados - taxa de administração de fundos	1.835	1.488
Total	1.835	1.488

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos e contribuições a compensar	2.373	2.429
Devedores por depósitos em garantia - trabalhistas	-	20
Crédito tributário (Notas 16c e d)	37	44
Devedores diversos - País	22	8
Devedores por depósitos em garantia - fiscais	-	1
Total	2.432	2.502

7) INVESTIMENTOS
O investimento de R\$ 1 mil (2012 - R\$ 1 mil), refere-se a título patrimonial da CETIP Educacional.

8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BEM - DTVM LTDA	2



Volume 124 • Número 57
São Paulo, quarta-feira, 26 de março de 2014

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

</

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	3.693	2.825
Impostos e contribuições a recolher	170	120
Provisão para Impostos e contribuições diferidos (Nota 16c)	3	3
Total	3.866	2.948

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Provisões trabalhistas	-	17
Provisão para pagamentos a efetuar	700	771
Outros	215	22
Total	915	810

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 13.700 mil (2012 - R\$ 8.700 mil), totalmente subscritos e integralizados, é composto por 13.700.000 (2012 - 8.700.000) cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2013	2012	2013	2012
Em 31 de dezembro de 2012	8.700.000	8.700	8.700.000	8.700
Aumento de capital - Alteração contratual de 19.4.2013 (1)	5.000.000	5.000	5.000.000	5.000
Em 31 de dezembro de 2013	13.700.000	13.700	13.700.000	13.700

(1) Em 21 de maio de 2013 o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social, que deliberou o aumento do capital social em R\$ 5.000 mil, mediante a capitalização do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Legal" no montante de R\$ 844 mil e de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 4.156 mil, com a criação de 5.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuídas ao Sócio Cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de lucros	15.623	13.292
- Reserva legal (1)	655	1.129
- Reservas estatutárias (2)	14.968	12.163

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócio Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2013	2012
Lucro líquido	7.400	5.699
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(370)	(285)
Base de cálculo	7.030	5.414
Dividendos propostos	69	54
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas	5,04	6,21

11) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 21.292 mil (2012 - R\$ 19.073 mil) corresponde à receita auferida na administração de fundos de investimento (Nota 17b).

12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços de terceiros	7.206	7.067
Publicações	136	134
Serviços técnicos especializados	89	148
Serviços do sistema financeiro	35	73
Contribuição sindical	10	-
Outras	43	27
Total	7.519	7.449

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Contribuição à COFINS	932	823
Imposto sobre serviços - ISS	426	381
Contribuição ao PIS	151	133
Impostos e taxas	472	465
Total	1.981	1.802

14) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reversão de provisão operacional	18	31
Variações monetárias	-	(34)
Patrocínio de caráter cultural	(33)	-
Resultado na prestação de serviços de distribuição de cotas, líquida das comissões pagas	(1.403)	(1.473)
Outras	(24)	(6)
Total	(1.442)	(1.482)

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Disponibilidades:	Ativos	Ativos
Banco Bradesco S.A.	30	198
Dividendos:	Ativos	Ativos
Banco Bradesco BBI S.A.	(69)	(54)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas é fixado:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	12.355	9.841
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(4.942)	(3.936)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(20)	-
Efeito no cálculo dos tributos:	7	(206)
Outros valores	(4.955)	(4.142)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes	(4.948)	(3.901)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(4.948)	(3.901)
Impostos diferidos	(7)	(241)
Contribuição social no exercício, sobre adições temporárias	(7)	(241)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.955)	(4.142)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2013
Provisões trabalhistas	7	-	7	-
Outras provisões	37	37	37	37
Total dos créditos tributários (Nota 6b)	44	37	44	37
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	3	-	-	3
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	41	37	44	34

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2013
2014	4	2	6	-
2015	8	5	13	-
2016	8	5	13	-
2017	3	2	5	-
Total (Nota 6b)	23	14	37	37

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 34 mil (2012 - R\$ 41 mil).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização Bradesco.

A BEM DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BEM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2013, somaram R\$ 134.318.912 mil (2012 - R\$ 144.362.101 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício somou de R\$ 21.292 mil (2012 - R\$ 19.073 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
 - A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
 - O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins. A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.
- e) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para essas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício, findos em 31 de dezembro de 2013, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de janeiro de 2014



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Cláudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1



Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 124 • Número 57
São Paulo, quarta-feira, 26 de março de 2014

Página 3

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

www.imprensaoficial.com.br



BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. Em 2013, possuía sob sua

gestão R\$ 134,3 bilhões, distribuídos em 864 Fundos de Investimento e 1 Carteira Administrada, atendendo um total de 12.395 cotistas.
No exercício, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 7,4 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 29,3 milhões e Ativos Totais de R\$ 34,2 milhões.
Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2013	2012
CIRCULANTE	34.141	25.748
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	30	198
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	29.875	21.615
Carteira Própria	29.875	21.615
OUTROS CRÉDITOS	4.236	3.935
Rendas a Receber (Nota 6a)	1.835	1.488
Diversos (Nota 6b)	2.401	2.447
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	31	55
OUTROS CRÉDITOS	31	55
Diversos (Nota 6b)	31	55
PERMANENTE	1	1
INVESTIMENTOS	1	1
Outros Investimentos (Nota 7)	1	1
TOTAL	34.173	25.804

PASSIVO	2013	2012
CIRCULANTE	4.850	3.795
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.850	3.795
Sociais e Estatutárias (Nota 10d)	69	54
Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	3.866	2.948
Diversas (Nota 9b)	915	793
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	17
OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	17
Diversas (Nota 9b)	-	17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)	29.323	21.992
Capital:		
- De Domiciliados no País	13.700	8.700
Reservas de Lucros	15.623	13.292
TOTAL	34.173	25.804

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.217	2.005
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	1.217	2.005
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.217	1.498
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	5.703	8.340
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 11)	10.859	21.292
Outras Despesas Administrativas (Nota 12)	(3.511)	(7.519)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(995)	(1.981)
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	2	31
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(652)	(1.464)
RESULTADO OPERACIONAL	6.920	9.338
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	3
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.920	9.841
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	(2.737)	(4.142)
LUCRO LÍQUIDO	4.183	5.699
Número de cotas (Nota 10a)	13.700.000	13.700.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	305,33	540,15

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados		Totais
	2013	%	2013	%	2012	%	
Saldos em 30.6.2013	13.700		446		11.033		25.179
Lucro Líquido	-		-		4.183		4.183
Destinações: - Reservas	-		209		(3.935)		(3.726)
- Dividendos Propostos	-		-		(39)		(39)
Saldos em 31.12.2013	13.700		655		14.968		29.323
Saldos em 31.12.2011	4.650		844		10.853		16.347
Aumento de Capital com Reservas	4.050		-		(4.050)		-
Lucro Líquido	-		-		5.699		5.699
Destinações: - Reservas	-		285		(5.645)		(5.360)
- Dividendos Propostos	-		-		(54)		(54)
Saldos em 31.12.2012	8.700		1.129		12.163		21.992
Aumento de Capital com Reservas	5.000		(844)		(4.156)		-
Lucro Líquido	-		-		7.400		7.400
Destinações: - Reservas	-		370		(6.961)		(6.591)
- Dividendos Propostos	-		-		(69)		(69)
Saldos em 31.12.2013	13.700		655		14.968		29.323

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.920	9.841
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(1)	(5)
Reversões de Provisões Trabalhistas	(1)	(5)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	6.919	9.836
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros		
Derivativos	(6.056)	(6.222)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(301)	(115)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	181	48
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(663)	(3.253)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	80	294
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(54)	(96)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(54)	(96)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	26	198
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	4	198
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	30	198
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	26	198

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	%	2013	2012
1 - RECEITAS	11.426	144,4	21.855	152,4
1.1) Intermediação Financeira	1.217	15,4	2.005	14,0
1.2) Prestação de Serviços	10.859	137,2	21.292	148,5
1.3) Outras	(650)	(8,2)	(1.442)	(10,1)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.511)	(44,4)	(7.519)	(52,4)
Serviços de Terceiros	(3.367)	(42,6)	(7.206)	(50,3)
Serviços do Sistema Financeiro	(29)	(0,4)	(35)	(0,2)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(48)	(0,6)	(136)	(0,9)
Serviços Técnicos Especializados	(57)	(0,7)	(89)	(0,6)
Outros	(10)	(0,1)	(53)	(0,4)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	7.915	100,0	14.336	100,0
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.915	100,0	14.336	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.915	100,0	14.336	100,0
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	3.732	47,1	6.936	48,4
Federal	3.515	44,4	6.510	45,4
Municipal	217	2,7	426	3,0
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	4.183	52,9	7.400	51,6
Dividendos	39	0,5	69	0,5
Lucro Retido	4.144	52,4	7.331	51,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição) é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.956/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.
d) Títulos e valores mobiliários - classificação
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 16.

f) Investimentos
Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
g) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:
• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.
Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 8.

i) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).
j) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	30	198
Total de disponibilidades (caixa)	30	198

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)
Títulos (1)					
Títulos para negociação (3):					
Letras financeiras do tesouro	-	311	1.829	12.596	14.736
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.160	1.160
Notas do tesouro nacional	2.885	-	-	2.885	2.885
Debêntures	-	17	92	2.085	2.194
Certificado de depósito bancário	795	644	22	1.461	1.461
Operações compromissadas	-	-	-	-	-
Outros	-	1.000	4.300	2.139	7.439
Total em 2013	3.680	1.972	6.243	17.980	29.875
Total em 2012	6.146	2.454	894	12.121	21.615

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 29.875 mil (2012 - R\$ 21.615 mil) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Fundos de investimentos	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Total	2.005	1.498
Total	2.005	1.498

c) A BEM DTVM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços prestados - taxa de administração de fundos	1.835	1.488
Total	1.835	1.488

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos e contribuições a compensar	2	

...continuação



BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



14) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reversão de provisão operacional	18	31
Variações monetárias	-	(34)
Patrocínio de caráter cultural	(33)	-
Resultado na prestação de serviços de distribuição de cotas, líquida das comissões pagas	(1.403)	(1.473)
Outras	(24)	(6)
Total	(1.442)	(1.482)

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012	2013	2012
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	30	198	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco BBI S.A.	(69)	(54)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	12.355	9.841
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(4.942)	(3.936)
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(20)	-
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores	7	(206)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.955)	(4.142)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(4.948)	(3.901)
Impostos diferidos		
Contribuição social no exercício, sobre adições temporárias	(7)	(241)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.955)	(4.142)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização
Provisões trabalhistas	7	-	7
Outras provisões	37	37	37
Total dos créditos tributários (Nota 6b)	44	37	44
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	3	-	3
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	41	37	44

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2014	4	2	6
2015	8	5	13
2016	8	5	13
2017	3	2	5
Total (Nota 6b)	23	14	37

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 34 mil (2012 - R\$ 41 mil).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização Bradesco.

A BEM DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, o gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BEM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2013, somaram R\$ 134.318.912 mil (2012 - R\$ 144.362.101 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício somou de R\$ 21.292 mil (2012 - R\$ 19.073 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
 - A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
 - O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins.
- A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

e) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para essas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício, findos em 31 de dezembro de 2013, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 29 de janeiro de 2014

José Cláudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1

Câmara aprova 'constituição' da web

O texto manteve 'neutralidade' e desobrigou guarda de dados no Brasil. Depois de trancar pautas por meses, o projeto seguirá agora para análise do Senado.

Joel Rodrigues/Estadão Conteúdo

Depois de dois anos e sete meses de embates, negociações e intensos lobbys, a Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem o texto principal do Marco Civil da Internet. A votação foi simbólica, o que significa que os votos dos deputados não são contabilizados. O texto agora segue para aprovação do Senado.

A proposta é uma espécie de constituição, estabelecendo princípios, garantias, direitos e deveres na rede.

O Marco Civil da Internet se tornou polêmico porque era contrário as interesses do Planalto, das empresas de telecomunicações, sites de internet, Polícia Federal e Ministério Público, além das entidades de defesa do consumidor.

Com tantas frentes envolvidas e longe de consenso, a matéria chegou bloquear por cinco meses a votação de outras propostas na Câmara.

Nas últimas semanas, o governo cedeu em pontos prioritários e negociou cargos, liberação de recursos para obras apadrinhadas por congressistas numa tentativa de esvaziar a rebelião de aliados na Câmara e avançar com a discussão da matéria, considerada vital para reforçar o discurso de Dilma Rousseff contra a espionagem.

Em abril, o Brasil sediará conferência internacional sobre governança na internet, e o governo quer apresentar a nova lei durante o evento.

NEGOCIAÇÃO – A maior resistência ao texto foi puxada pelo PMDB que defendia mudanças nos termos da neutralidade da rede – jargão usado para que a velocidade de conexão contratada não possa variar segundo o site ou programa acessado pelo usuário.



Entidades se manifestam durante sessão de votação do Marco Civil da internet no plenário

Trata-se de uma medida popular para os usuários, mas contestada pelas empresas de telefonia, que gostariam de comercializar pacotes de acordo com o nível de consumo de cada usuário. Com isso, as teles ficam obrigadas a manter o consumo livre. Assim, o usuário pode navegar por onde quiser no limite de seu pacote de dados contratados e da velocidade contratada.

O governo flexibilizou a regulamentação da medida para atender o PMDB e destravar a votação. O Planalto aceitou ajustar as normas para regulamentação da neutralidade e estabeleceu que um decreto presidencial detalhará o con-

ceito da neutralidade, sem inovar no conteúdo. Nos bastidores, a medida foi interpretada como uma saída honrosa para o PMDB.

A regulamentação será feita após consulta à Anatel e ao Comitê Gestar da Internet.

Ontem, o PMDB chegou a retirar todas os pedidos de mudança que havia feito para o texto, o que foi seguido pelas demais bancadas.

Outra modificação do governo para evitar derrota na Câmara foi retirar a exigência de nacionalização dos centros de armazenamento dos dados dos usuários. Essa era uma das medidas defendidas por Dilma como forma de respon-

der às notícias de espionagem dos Estados Unidos.

A versão inicial determinava que um decreto do Executivo regulamentaria a obrigação de empresas como Google e Facebook manterem no País estrutura de armazenamento de dados de usuários.

Para isso, elas teriam de replicar no País uma estrutura semelhante às que mantêm nos EUA. Segundo o governo, a medida daria maior proteção aos dados do País. Ficou definido que os dados ficam submetidos à legislação brasileira. O projeto também considera nulas as cláusulas contratuais de qualquer programa que não ofereça ao usuário alternativa de recor-

rer ao foro brasileiro se encontrar problemas com a prestação de serviços no Brasil.

VINGANÇA PORNÔ – O projeto do Marco Civil prevê ainda que os provedores só serão responsabilizados por conteúdo de terceiros caso ignorem decisão judicial para retirá-lo do ar. Mas o texto defende que o conteúdo pornográfico seja tratado de forma diferenciada. A página que disponibilizar imagens ou vídeos que violem a intimidade de terceiros – sem autorização de seus participantes – será responsabilizada pela violação.

O texto foi alterado deixando claro que a notificação do responsável legal ou do parti-

cipante basta para que o conteúdo seja retirado do ar. Antes, a redação do artigo era genérica e poderia permitir que qualquer pessoa solicitasse a retirada. Essa medida foi incluída no Marco como resposta à série de escândalos envolvendo adolescentes, as chamadas "vingança pornô".

ANDAMENTO – Mesmo sem garantir data centers no País, a presidente Dilma quer usar o Marco Civil como bandeira internacional, para a defesa da comunicação na rede, confrontando as denúncias de violações de suas comunicações eletrônicas e telefônicas pela NSA, agência americana de segurança. (Folhapress)